

ARQUITETURA E GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE: uma relação entre espaço e educação na escola primária¹



Dra. Crislane Barbosa de Azevedo (UFRN)
crislaneazevedo@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo refletimos acerca da arquitetura dos primeiros grupos escolares implantados em Sergipe no início do século XX e relacionamos os aspectos arquitetônicos ao processo educacional do período. Institucionalizando o ensino primário e escolarizando a infância, tais instituições visavam educar em novos moldes cívicos e educacionais não apenas seus alunos, mas toda a sociedade do início daquele século e uma das fortes contribuições para esse intento foi a sua monumentalidade arquitetônica. A pesquisa bibliográfica e a análise de fontes primárias em diálogo com

Frago e Escolano, levaram-nos à compreensão da organização e das possibilidades de alcance do discurso silencioso da arquitetura escolar dos primeiros grupos escolares sergipanos.

Palavras-chave: Sergipe. República. Ensino primário. Arquitetura. Grupos Escolares.

Abstract: This article reflects on the architecture of the first school groups in Sergipe deployed in early twentieth century and the architectural aspects relate to the educational process of the period. Institutionalising the primary and early childhood schooling, these institutions sought new ways to educate civic and educational not just their students but the entire society from the beginning of the century and one of the strongest contributions to this intent was its monumental architecture. The literature review and analysis of primary sources in dialogue with Frago and Escolano, led us to understand the organization and the possibilities of reaching the silent speech of the architecture school of the first school groups sergipanos.

Keywords: Sergipe. Republic. Primary Education. Architecture. School Groups.

¹ Artigo recebido em 13/8/2010 e aceito em 15/11/2010.

O espaço escolar como suporte físico da educação tem despertado a nossa atenção desde o início das pesquisas acerca da implantação dos grupos escolares em Sergipe, trabalho que iniciamos em 2003. A partir de então, atentamos para o espaço escolar como uma possibilidade de diálogo entre arquitetura e educação, delegando ao espaço a função educativa.

Nas discussões acerca da escola primária na passagem do século XIX para o XX, podemos encontrar diferentes aspectos da constituição do projeto educacional legitimado e instaurado pelos republicanos. Entre tais aspectos, é importante salientarmos os cuidados com a arquitetura das instituições escolares.

Neste artigo, refletimos acerca da implantação dos prédios dos grupos escolares implantados em Sergipe no início do século XX e relacionamos os aspectos arquitetônicos de tais estabelecimentos de ensino primário ao processo educacional do período. A investigação torna-se relevante ao poder contribuir com outras perspectivas de análise para a historiografia da escola no Brasil. Com base no referencial teórico-metodológico da história cultural, as relações entre arquitetura e educação foram examinadas a partir de pesquisa bibliográfica e análise de fontes primárias, como mensagens presidenciais, jornais do período e documentos provenientes dos antigos grupos escolares.

No período alvo desta investigação, a capital sergipana (Aracaju) crescia. Escolas, repartições públicas, comércio, fábricas, cinemas, instituições literárias faziam com que a cidade se movimentasse. A capital planejada tinha suas ruas como alvo dos serviços públicos. A voz reformadora da República deveria atingir todos os espaços sociais, difundir as suas noções de civilidade. Nesse momento, difundem-se os discursos higienistas e os da racionalidade na organização da sociedade. Proclamada a República sob o lema da Ordem e do Progresso, tornava-se necessário construir a imagem do novo regime de governo. Esta deveria ser diretamente relacionada com uma cidade modernizada, embelezada e higiênica.

No processo acima delineado, as questões relativas à organização, embelezamento e saneamento do espaço urbano fizeram-se presentes. O cuidado com a arquitetura escolar ligava-se a tais aspectos higienistas do período. A proposta de reforma do ensino primário no Distrito Federal em 1882-1883 de autoria de Rui Barbosa foi um exemplo disso. Apesar de não chegar a ser executada, exerceu influência no pensamento educacional da época, e suas características foram visíveis em reformas da instrução pública no início do período republicano. A higiene tratada por Rui Barbosa em seus aspectos reformistas referia-se bastante a aspectos relativos à organização do espaço escolar, a exemplo de questões de

iluminação e aeração e sua relação com problemas de saúde nas escolas. Além disso, referia-se explicitamente às construções dos edifícios-escola como uma necessidade higiênica. Segundo ele:

Destarte nenhum dos Estados onde a escola é uma realidade séria deixou, nem pode deixar, à mercê da ignorância, ao arbítrio dos interesses a disposição das casas de ensino popular. Desde a escolha do sítio, da qual disse um higienista que “nada mede melhor o adiantamento da civilização de um povo”, desde a *exposição* da escola, a sua orientação, até o número, o tamanho, a coloração das janelas; desde a qualidade do material até às dimensões das portas, as condições de isolamento das escadas a forma curvilínea ou angular dos cantos; desde o ginásio, que, nos países onde a educação comum está racionalmente organizada, como a Suíça e a Holanda, existe em todas as escolas *rurais e urbanas*, e de todas as escolas constitui parte essencial, desde o pátio de recreio com 5 ou 6 metros superficiais para cada aluno, e o avarandamento coberto para os dias de intempérie, com 1 metro pelo menos por criança, até à extensão, à situação e à inclinação da pedra no recinto da classe; desde a distribuição do tempo e a duração dos recreios até à classificação dos alunos; desde a luz e o ar até à temperatura; tudo no regimen da higiene escolar, está subordinado a leis científicas, cuja infração vitima as gerações novas, e fere o país no primeiro dos seus interesses: a vitalidade da raça que o povoa (BARBOSA, 1883, p.37).

O art. 8º do projeto para reforma do ensino primário de Rui Barbosa mostra a preocupação com a construção de prédios próprios para a escola, quando menciona expressamente a necessidade de construção de espaços edificadas para o serviço escolar, as chamadas (no Projeto) *casas escolares*. Reza o § 1º do art. 8º como incumbência do governo:

Mandar imediatamente planejar, e orçar, por arquitetos proficientes nesta especialidade, a construção de casas escolares, que substituam as atualmente alugadas para o ensino primário, bem como a das demais que exigir a aplicação rigorosa da instrução obrigatória a toda a população de idade escolar (BARBOSA, 1883).

No início do século XX, a construção de grandes edifícios públicos nas regiões centrais da cidade ganhava espaço. Isso ocorria em um momento em que políticos e educadores passavam a defender a necessidade de construção de edifícios próprios para o fazer escolar. No tocante a isso, o ensino primário elevado à preocupação primeira dos administradores públicos do início da República em termos educacionais, teve posto em prática o atendimento da população escolar em espaço específico, transformado, portanto, em lugar, os grupos escolares.

É importante ressaltar a relevância do grupo escolar na arquitetura urbana. Durante as primeiras décadas da República, tais estabelecimentos escolares, ao lado da Igreja Matriz, praça central e principais prédios públicos como o Palácio de Governo, convertiam-se em lugar de referência para as cidades e passavam a ser tomados como “modelo”. Os prédios dos grupos, no entanto, podem ter lhes atribuído um aspecto diferente relativo ao exercício da sua

função. Os majestosos templos do saber exalavam sua função educativa tanto dentro quanto foram dos seus muros. Demonstravam modernidade e zelo com o processo de formação de uma sociedade na qual deveria encontrar lugar um *homem novo*, o cidadão republicano.

Os prédios dos grupos escolares em Sergipe

Os grupos escolares foram implantados em Sergipe em 1911, fruto da Reforma Rodrigues Dória, a qual aprimorou o ensino normal e o ensino primário, que passou a ser ministrado em escolas isoladas e grupos escolares. Os grupos, entre outros aspectos, ficaram conhecidos pela monumentalidade de seus prédios, o que os levou a serem chamados na época pelos sergipanos de *Templos de Sabedoria* (AZEVEDO, 2003). São vários os artigos nos jornais do período que se referem aos grupos escolares como verdadeiros *Templos de luz, do saber, da instrução, majestoso, consagrado à deusa Instrução*. O nome “templo” faz-nos relacioná-lo a algo grandioso, como deveria ser, a partir de então, a preocupação com a instrução do povo ou até mesmo grande como era entendida a religião. Isso fica mais evidente quando, em determinadas passagens dos discursos dos sujeitos do período, o magistério é comparado a um sacerdócio. Em outras palavras, a instrução seria tão importante a ponto de ser comparada à religião, onde, porém, o culto seria ao patriotismo, e a fé voltada para o cidadão².

Ao estudar os grupos escolares em Minas Gerais no início do século XX, Faria Filho destaca a afirmação do responsável pela construção dos grupos, José Dantas: “eles [os grupos escolares] foram projetados não apenas para levar a uma ‘maior economia’ como também para obedecerem certas ‘condições higiênicas e pedagógicas’” (FARIA FILHO, 1998, p. 141-159). Também em Sergipe, o engenheiro Firmo Freire, responsável pela construção do Grupo Barão de Maroim, na solenidade de inauguração do prédio, declarou em discurso publicado na imprensa local que não teve a pretensão de construir um edifício irrepreensível, mas um prédio cuidadosamente feito, obedecendo aos preceitos pedagógicos. Afirmou Freire: “procurei dar a divisão que me pareceu mais consentânea com a organização dos grupos escolares: - seis salões, amplos, confortáveis, com pés direitos altos, bem arejados, iluminados fartamente, higienicos enfim” (*Correio de Aracaju*. 10/07/1917, p.1), ou seja, de fato articulado ao pensamento arquitetônico e higiênico da época.

² Referências onde podemos encontrar analogias entre os grupos escolares e templos: *Diario da Manhã*. Aracaju, 31/8/1918, 17/3/1914 e 3/9/1918; *Estado de Sergipe*. Aracaju, 10/7/1917, 3/9/1918 e 13/9/1918; *Correio de Aracaju*. Aracaju, 1/9/1918 e 3/9/1918.

A propósito da forte presença dessas instituições na imprensa, Carvalho (1989, p. 25) lembra que “como símbolo da nova ordem, a escola devia se fazer ver. Daí a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador”. Por isso é que essas instituições foram também caracterizadas pelos seus edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente.

Entre as várias novidades em termos de ensino implantadas com os grupos escolares, destaca-se a exigência de um prédio próprio. Em Sergipe, isto não foi obedecido inicialmente, pois o Grupo Escolar Central funcionou, durante um período, no prédio do antigo Atheneu Sergipense, sem as proporções para o ensino simultâneo das duas seções, a masculina e a feminina. Além disso, não possuía pátio para recreio, um galpão para os jogos e exercícios físicos ao abrigo das intempéries, os banheiros localizavam-se fora do edifício, entre outros entraves. O funcionamento do Grupo Central no antigo prédio do Colégio Atheneu ainda prejudicava a grade de horários do ensino primário, pois este passou a ser executado com a duração reduzida a três horas e dez minutos por dia, descontando vinte minutos de recreio. O problema, porém, viria a encontrar uma solução com a construção do edifício do Grupo Central pelo governo Siqueira de Menezes (1911-1914) em um dos melhores locais da cidade no período, a rua de Itabaiana (Cf. Ofício n. 14 de 31/7/1913). De acordo com artigo publicado no *Diário da Manhã*, a instrução tinha no novo Grupo, um templo majestoso, pois:

As salas de aula, - que são oito, quatro para meninos e quatro para meninas, - claras, arejadas, espaçosas, prestam se admiravelmente ao fim para que foram feitas. / Os recreios, completamente separados, afim de que não se misturem meninos e meninas, vastos, ao ar livre, obedecem ao verdadeiro criterio pedagogico, servindo muito bem ao desenvolvimento physico das creanças. O gabinete do director, a sala dos professores, as saletas de entrada, os pateos, as latrinas higienicas, chamam a atenção do visitante, deixando a mais agradável impressão. (*Diário da Manhã*. 17/3/1914, n. 882, p. 1).

O novo prédio passava a atender aos requisitos básicos para funcionamento de um grupo - sala de aula, espaço para recreio, sala para diretor, sala para professores e banheiros. Logo após a inauguração, ocorrida em 15/3/1914, o Grupo Escolar Central passou a se chamar Grupo Escolar General Siqueira, homenageando o governador, o mesmo que, como General do Exército, tivera destacada atuação na guerra de Canudos. O novo prédio, elegante e confortável, segundo o *Correio de Aracaju*, começou a funcionar no dia seguinte à sua inauguração, que foi comentada com entusiasmo pelo jornal:

ao meio dia o exmo. Sr. General presidente, depois de breve discurso, declarou inaugurado o Grupo Escolar Central, ao qual, tendo encontrado funcionando em edificio que se accommodava mal ao seu mister, resolveu dar melhor instalação. / Com a palavra o director da Instrucção dr. Helvécio de Andrade, dissertou s.s. sobre

a importância dos grupos escolares, mostrando empenho na organização de uma bibliotheca escolar, de grandes vantagens para docentes e discentes. Terminando propoz a denominação de “General Siqueira” ao grupo em sua nova instalação. Seguiu-se o dr. Prado Sampaio que fallou pelo Atheneu Sergipense, e o desembargador Silva Mello, que fez uma bela conferencia sobre a mulher e sua influencia na educação. / Depois disso retirou-se s. ex. o chefe do governo com todas as formalidades. / A banda de musica do Corpo de Policia durante e depois dos actos executou bellas peças. (*Correio de Aracaju*. 17/3/1914, n. 1124, p. 1).

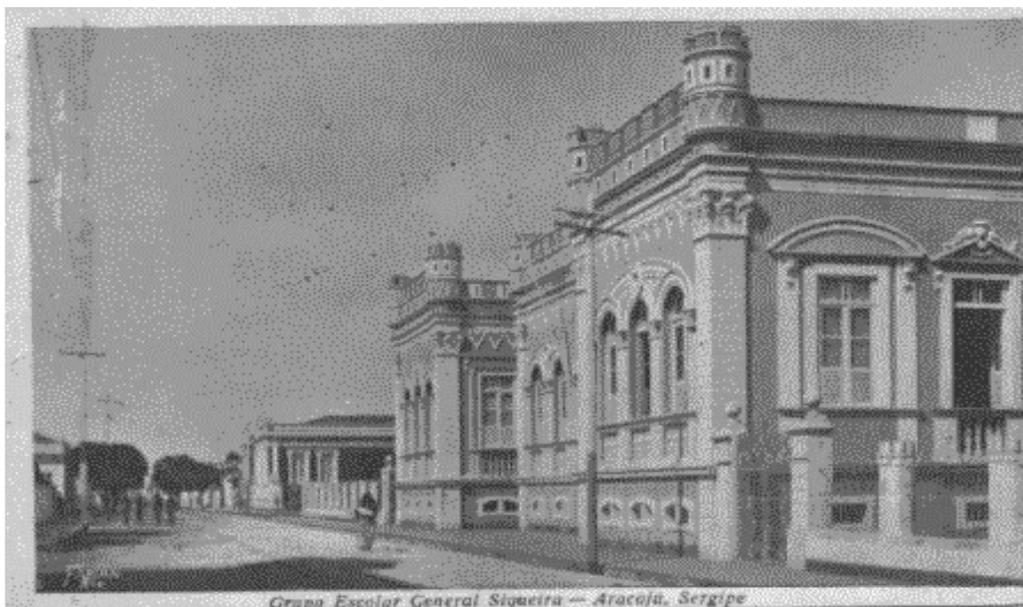


Figura 1 – Cartão Postal do Grupo Escolar General Siqueira
Acervo do Memorial de Sergipe.

Apesar de possuir características básicas para seu funcionamento, percebemos pela descrição do *Diário da Manhã* de 17/3/1914, que o edifício do Grupo Escolar General Siqueira não possuía todas as dependências requeridas para as efetivas necessidades da prática do ensino intuitivo - metodologia de ensino adequada para as classes graduadas como preceituava a pedagogia moderna. Faltava, ao Grupo, biblioteca e laboratórios onde o ensino prático encontrasse condições de realização. Mas em relação a outros Grupos que viriam a ser implantados no Estado, o “General Siqueira” destacava-se, a começar pelo número de salas de aula, oito e não quatro ou seis como outros encontrados no interior e mesmo na capital Aracaju. Além disso, a cultura dos grupos encontrava lugar na organização arquitetônica da instituição.

A preocupação com o desenvolvimento físico das crianças tinha nos pátios o lugar adequado para a prática dos exercícios físicos. As saletas de entrada contribuía para a boa receptividade do lugar, tanto em relação a visitas de autoridades públicas e educacionais quanto a um público maior em momento de festas escolares.

Os professores, além da obrigatoriedade da formação *normal*, tinham na organização espacial do grupo mais um contributivo para a construção da sua identidade profissional. A existência de sala para professores denota preocupação com a nova categoria profissional, confirmando um momento de institucionalização da profissão do docente de ensino primário. A transformação de um espaço em sala de professores produz um lugar próprio, credencia e cria autoridade aos seus usuários, amplia-se a hierarquização existente no ambiente escolar. Em relação às vivências desse lugar, podemos afirmar a existência de condições efetivas da construção de momentos de troca de experiências educacionais e mesmo políticas da profissão. Poderia funcionar ainda como espaço-território pelos usos daqueles que com ele estavam ligados. Conforme Viñao,

essa preocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionavam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar –, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território. (In: BENCOSTA, 2005, p.17).

Enfim, a construção do espaço como lugar e este com características específicas leva a sua vivência como território e isso contribui para a construção de identidades tanto de quem dispõe do ambiente quanto de quem nele não é autorizado a penetrar. As paredes silenciosamente ensinam normas e determinam os comportamentos dos indivíduos.

Fruto da instituição do ensino público primário graduado, o cargo de direção complementava a organização racional que se pretendia com a graduação dos primeiros anos da escolarização na passagem do século XIX para o XX. O mais alto cargo na hierarquia do grupo escolar não ficaria, portanto, sem o seu lugar. Infelizmente, sem a planta baixa do Grupo General Siqueira não podemos precisar a localização da sala da direção para o aprofundamento da análise, pois como lembra Viñao,

ali onde se desenha, constrói ou configura um espaço ou lugar para a direção, os indicadores mais úteis para captar e analisar as representações e concepções que se têm acerca de sua importância, natureza e funções seriam sua especificidade, sua localização, sua acessibilidade, suas dimensões e sua disposição ou configuração interna. (In: BENCOSTA, 2005, p.23).

O planejamento arquitetônico mostrava-se atento a um diálogo com princípios educativos voltados para o ordenamento e racionalização de práticas. Podemos dizer que a arquitetura planejada exercia uma função curricular silenciosa condicionando mentes e comportamentos e espacializando ordem, disciplina e ações. Dessa maneira é que a arquitetura constituía-se conforme Escolano,

num importante fator de modernização do ensino, ainda que iniciasse um processo histórico que ia desembocar, condicionado por diversas variáveis econômicas, políticas e culturais, em rígidas formas de conservadorismo quanto à ordenação do território e dos espaços escolares (In: FRAGO e ESCOLANO, 2001, p.23-24).



Figura 2 – Grupo Escolar Manoel Luís
Acervo do Memorial de Sergipe.

Mas não apenas a arquitetura do edifício escolar era alvo de atenção, a própria localização do prédio passava pelo crivo da administração pública. Além de ser mais um aspecto a ser observado quanto à institucionalização dos grupos escolares do ponto de vista pedagógico, a localização da instituição integrava-se ao movimento urbanístico das cidades contribuindo ainda mais para o sucesso da nova modalidade de ensino, podendo ser considerada como parte da organização curricular. Arquitetura, modernismo e educação resultaram no final do século XIX na busca pela centralidade das instituições escolares na definição do espaço urbano.

Gatepac (1933) lembra que no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em 1933, foi recomendado que as escolas, assim como todos os serviços urbanos de uso comum, fossem localizadas nos espaços livres que faziam parte das unidades de habitação situadas entre as grandes vias de comunicação (apud FRAGO e ESCOLANO, 2001, p.32-33). No mesmo sentido se pronunciava o arquiteto Moser (1933), ao considerar que “a escola deveria ser o elemento dominante do conjunto de construções que a rodeiam, sendo o *símbolo* que represente o esforço em favor da cultura” (apud FRAGO e ESCOLANO, 2001, p.33).

Autor de projetos arquitetônico-escolares Repullés (1878) já havia, além de critérios clássicos, defendido ideias modernistas há mais de meio século. Para ele,

As escolas deveriam se instalar no centro das populações, ainda que isoladas das vias públicas e num lugar adequadamente arejado, agradável e com boa comunicação com todos os lugares de onde vinham os alunos. A partir dessa localização nuclear, a escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia. (apud FRAGO e ESCOLANO, 2001, p.33).

Estudos desenvolvidos no Brasil mostram a relação da construção dos edifícios escolares com uma influência para além dos muros das instituições. Ao analisar a arquitetura de prédios escolares, Sales (2000) mostra que a arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de difundir a ação de governos pela educação democrática. Também de acordo com Rocha, a arquitetura escolar como programa educador, fundado sobre os valores de ordem, disciplina e vigilância,

deveria expressar e instituir um discurso inovador, configurando-se, por essa via, em signo de modernização do ensino. Constituído de tópicos como localização, orientação, dimensões, disposição, esse discurso normativo põe em cena a importância da produção do espaço escolar na tessitura do espaço urbano. (ROCHA, 2000, 55-73).

Em termos de aprendizagem, Escolano (In: FRAGO e ESCOLANO, 2001, p.19-57) afirma que ao examinar as relações entre tempo e educação, percebe-se que as categorias espaço e tempo, não significam simples estruturas neutras nas quais acontece a ação escolar. De acordo com o autor, “a arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância,” figurando, assim, como “marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.” Por outro lado, “ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos.”

Por isso, ao se referir, em 1914, às sedes dos grupos, o presidente de Sergipe Coronel Pedro Freire de Carvalho informava que “os edifícios que lhe servem de cenário são reaes palacios que decoram a nossa capital com a sua architectura elegante de linhas bem conformadas” (SERGIPE. *Mensagem* [...] 7/9/1914, p. 15). A escola, como prédio público:

deveria divulgar uma imagem de estabilidade e nobreza das administrações. O investimento para atingir esses objetivos residia na composição de sua aparência. Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, conseqüência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito

‘evidentes’, facilmente percebidos e identificados como espaços da ação governamental. (WOFF, 1992, 48 - citado em SALES, 2000, 50-51).

No entanto, surgiram opiniões contrárias à edificação dos grupos escolares com as suas majestosas características arquitetônicas. As críticas recaíam principalmente no que dizia respeito aos altos custos com a construção e manutenção dos prédios. Por isso, Pereira Lobo (1918-1922), em 1920, afirmava que os prédios poderiam ser construídos em moldes mais modestos, pois

não ha mister se construam custosos palacios, onde, ás vezes, as bellezas architectonicas, o rendilhado artistico, de feitio caro e moroso, excedem, se não prejudicam, as commodidades e outras exigencias de caracter pedagogico e hygienico. Predios mais modestos, de aspecto mais simples e confortavel, satisfazem aquelle objectivo. (SERGIPE. *Mensagem* [...] 7/9/1920, p.20).

O objetivo a que se referia o Presidente de Sergipe Pereira Lobo consistia no atendimento a um maior número de crianças, ao mesmo tempo, com novos materiais e método de ensino a menores custos.



Figura 3 – Grupo Escolar José Augusto Ferraz
Acervo do Memorial de Sergipe.

De fato, os prédios destinados aos grupos escolares em Sergipe eram grandiosos. Ao observarmos as Figuras de 1 a 6 bem como, por meio da Tabela 1, os bens imóveis do Estado e entre eles aqueles pertencentes aos serviços de instrução pública com seus respectivos

valores, podemos ter uma dimensão da importância que representavam os prédios dos grupos escolares no período em que foram implantados.

**Tabela 1 – Exemplos dos maiores imóveis pertencentes ao Estado
– 30 de junho de 1926 –**

NATUREZA	MUNICÍPIO	RUAS E PRAÇAS	DESTINO	VALORES
Sobrado	Aracaju	Praça Fausto Cardoso	Palácio do Governo	1.200:000\$000
Sobrado	Aracaju	Praça Fausto Cardoso	Assembleia Legislativa	280:000\$000
Sobrado	Aracaju	Praça Tobias Barreto	Tribunal da Relação	180:000\$000
Sobrado	Aracaju	Praça Mendes Moraes	Biblioteca Pública	200:000\$000
Palacete	Aracaju	Praça Mendes Moraes	Escola Normal Ruy Barbosa	300:000\$000
Palacete	Aracaju	Avenida Ivo do Prado	Grupo E. Barão de Maroim	160:00\$000
Palacete	Aracaju	Rua de Itabaiana	Quartel de Polícia ³	312:909\$000
Sobrado	Aracaju	Rua de Villanova	Instituto de Química	195:076\$508
Palacete	Aracaju	Rua de Vitória	Grupo E. General Valladão	140:840\$000
Sobrado	Aracaju	Rua de Campo do Brito	Instituto Parreiras Horta	200:000\$000
Sobrado	Aracaju	Av. Pedro Calazans	Grupo E. Manoel Luís	147:400\$000
Sobrado	Aracaju	Bairro Industrial	Grupo E. José A. Ferraz	140:000\$000
Sobrado	Aracaju	Avenida Rio Branco	Atheneu Pedro II	360:400\$000
Palacete	Aracaju	Praça Pinheiro Machado	Diretoria de Segurança Pública ⁴	135:000\$000
Palacete	Aracaju	Rua de Itaporanga	Instituto Coelho e Campos	600:000\$000
Casa térrea	Boquim	Avenida Cel. Macedo	Escolas Reunidas Severiano Cardoso	68:000\$000
Palacete	Annapolis	Praça da Matriz	Grupo E. Fausto Cardoso	120:000\$000
Casa térrea	Annapolis	Praça da Independência	Quartel de Polícia	25:000\$000
Sobrado	São Cristóvão	Praça da Matriz	Grupo E. Vigário Barroso	80:000\$000
Casa térrea	São Cristóvão	Porto da Feira	Mercado Público	16:800\$000
Palacete	Propriá	Rua da Vitória	Grupo E. João Fernandes	125:000\$000
Casa térrea	Villanova	Praça da Matriz	Quartel de Polícia	5:300\$000
Casa térrea	Villanova	Rua da Frente	Mesa de Rendas estadual	12:000\$000
Palacete	Villanova	Praça da Matriz	Grupo E. Olympio Campos	55:000\$000
Palacete	Santo Amaro	Praça da Matriz	Escolas R. Esperidião Monteiro	44:800\$000
Casa térrea	Capela	Av. General Valladão	Quartel de Polícia	15:000\$000
Palacete	Capela	Praça do Mercado	Grupo E. Coelho e Campos	30:000\$000
Casa térrea	Estância	Rua do Humaitá	Quartel de Polícia	8:000\$000
Palacete	Estância	Praça da Matriz	Grupo E. Gumercindo Bessa	80:000\$000
Casa térrea	Itaporanga	Rua do Comércio	Escola pública	1:896\$000
Palacete	Lagarto	Rua do Rosário	Grupo E. Sylvio Romero	114:356\$000
Casa térrea	Laranjeiras	Rua do Cangaleixo	Escola pública	4:000\$000
Total				5.196:777\$508

Tabela elaborada pela autora.

Fonte: SERGIPE. *Mensagem* [...] 7/9/1926, p. 92v.

³ Antigo prédio do Grupo Escolar General Siqueira de Menezes.

⁴ Antigo prédio do Grupo Escolar General Valladão.

Sobre tais dados afirmava o presidente Graccho Cardoso (1922-1926) que:

Os propios do Estado, ao assumirmos o Governo, eram avallados em 8.280:762\$256; hoje estão registrados em 15.012:017\$300. / Esse apreçamento, que não é de technicos, está muito abaixo do real, alem de nelle não figurar o valor das terras devolutas, algumas aliás já medidas e demarcadas. Mesmo assim, tomando-o para base de um balanço economico, apura-se um saldo consideravel a favor do Estado. (SERGIPE. *Mensagem* [...] 7/9/1926, p.93).

Concordamos com Graccho Cardoso que, apesar da inexatidão dos valores declarados devido ao fato de não terem sido levantados por profissional técnico especializado, os valores da Tabela 1 representavam índices acerca do patrimônio arquitetônico do Estado. Assim, podemos, a partir desses números, ter noção da monumentalidade que os prédios destinados à instrução pública e, mais especificamente os grupos escolares, representavam no cenário das cidades. Merece, portanto, consideração o exemplo dos imóveis públicos de Estância. Nesta cidade, percebemos considerável diferença em relação aos valores do grupo escolar e do quartel de polícia. O primeiro, orçado em 80:000\$000, e o segundo, em 8:000\$000, simplesmente nove vezes menor.

Ao estendermos a análise acerca da relação entre o valor dos grupos escolares e demais prédios públicos a outras cidades do interior sergipano, verificamos a mesma disparidade. Em Villanova (hoje Neópolis), o quartel de polícia era estimado em 5:300\$000 e o grupo escolar em 55:000\$000. Em São Cristóvão, o grupo escolar era avaliado em 80:000\$000 e o mercado público em 16:800\$000. Nos dados referentes a Capela e a Annapolis (hoje Simão Dias), percebemos situação análoga.

Em relação à capital, podemos notar que as instituições de ensino público primário graduado, os grupos escolares, ao lado da Escola Normal, do Atheneu Sergipense e do Instituto Coelho e Campos, ocupavam lugar de destaque em relação aos maiores e mais importantes prédios da administração pública sergipana daquele período. Estavam no mesmo nível dos edifícios da Assembleia Legislativa, do Instituto Parreiras Horta e do Tribunal da Relação, ficando os prédios escolares, assim como os três demais citados, abaixo, apenas, do edifício do Palácio do Governo, o maior e mais estruturado prédio público do Estado.

Sobre a beleza dos edifícios é interessante observar um trecho de artigo publicado no *Diario da Manhã*, em 1917, em que há uma pequena descrição do prédio do Grupo Escolar Barão de Maroim:

As bellas linhas architectonicas, puro estylo grego, a escadaria central e as lateraes dando accesso a um elegante terraço, que circunda todo o edificio, dão lhe um nobre aspecto, tornando-o inexcédível em conforto. Tudo o que o mais exigente pedagogo possa reclamar para os grupos escolares, ali se encontra. Seis salões amplos, bem illuminados, com uma cubagem de ar acima da exigida e sempre renovada, soalhados com madeiras caras do nosso paiz, são separados por um vasto corredor

central, construído em cimento armado. Latrinas e lavatórios estão decentemente instalados e convenientemente divididos para os dois sexos. / O vestiário, as salas da directoria, secretaria e bibliotheca; o porão immenso, claro, bem ladrilhado, podendo prestar-se a varios fins; o espaçoso recreio onde sera montado um pequeno pavilhão para gymnastica; tudo está optimo e até ao menos entendido agrada. (*Diario da Manhã*, 10/5/1917, n. 1771, p. 1).



Figura 4 – Fotografia do Grupo Escolar Barão de Maroim
Acervo do Memorial de Sergipe.

Até 1920 Sergipe contava com cinco grupos, sendo apenas um deles no interior do Estado - Grupo Escolar Coelho e Campos, na cidade de Capela (1918). Foi durante a administração Graccho Cardoso (1922-1926) que o número de grupos foi expandido, terminando sua administração e mesmo a Primeira República com quatorze grupos, nove construídos durante aquele quadriênio. Os grupos escolares, erigidos durante a administração de Graccho Cardoso, foram construídos, conforme Nascimento (1981, p.100), “dentro de um estilo padronizado, sempre identificados por ‘águias’ de cimento colocadas ora no frontão central dos prédios, ora nas suas extremidades”.

O edifício escolar erguido sobre um terreno amplo, enxuto, arborizado, guardando distância em relação às ruas e aos prédios vizinhos e construído exclusivamente com finalidade escolar, exerceria sobre as crianças, segundo Rocha, um papel pedagógico que abarcaria os propósitos de higienização física e moral, “afastando-as das influências perniciosas, dos ares viciados, do desconforto e da precariedade dos seus lares, ele educaria as

crianças, conformando-as aos padrões de vida considerados civilizados” (ROCHA, 2000, p.55-73).

Manutenção e fiscalização dos prédios

Os grupos localizados na capital sergipana, de acordo com inspetores escolares e delegados do ensino, apresentavam-se em conformidade com as regras exigidas pela pedagogia moderna. Segundo o inspetor Ascendino Argollo, em visita ao Grupo Escolar Barão de Maroim em fevereiro de 1920, a instituição, pela sua situação topográfica e condições higiênicas, oferecia o conforto necessário ao desenvolvimento dos trabalhos escolares (Termo de Visita de 20/2/1920).

Ainda em 1920, o referido inspetor visitou o Grupo General Valladão e, considerando as condições de localização e higiene do prédio, afirmava que, ao ocupar um dos trechos mais salubres da Praça Pinheiro Machado (hoje Praça Tobias Barreto), era mister pôr em relevo o plano arquitetônico a que obedeceu, entalhado, como estava, dentro das leis da arte moderna de construção. Além das condições climáticas, que eram as melhores possíveis, verificava-se, ainda, em todos os seus compartimentos, a renovação constante das correntes de ar que o arejavam, pondo-o, assim, a salvo dos inconvenientes de um ambiente viciado. As salas, pela situação arquitetônica, achavam-se abrigadas do excesso de calor e da umidade, dando entrada aos raios solares por todos os lados. Apesar de ser um edifício modesto e simples, era de construção elegante tanto no traçado geométrico de suas linhas como no colorido de suas tintas. Por isso, Ascendino Argollo sugeria apenas a realização de um serviço mais completo de arborização das áreas laterais, que eram ajardinadas, uma vez que deveria ser levada em consideração a influência que exerciam nos alunos as excursões campestres, tão recomendadas pelos higienistas e pedagogos da época (Cf. Relatório do Inspetor Escolar em 12/3/1920).



Figura 5 – Grupo Escolar General Valladão
Acervo do Memorial de Sergipe.

Posteriormente, o delegado do ensino Antonio Xavier de Assis, em visita aos Grupos “Manoel Luís” e “Barão de Maroim”, de Aracaju, afirmava, referindo-se ao primeiro, que o prédio era moderno e dispunha do conforto indispensável a uma escola primária graduada, apresentando-se bem conservado e com muito asseio (Termo de Visita de 07/04/1927). Enquanto isso, o prédio do “Barão de Maroim” continuava, como sempre, capaz de atrair a atenção do visitante pelo seu alto grau de asseio, além de possuir um mobiliário bem conservado (Termo de Visita de 23/11/1928). Os problemas existentes e apresentados pelo delegado não ocorriam por falta de recursos ou cuidados dos envolvidos com o ensino, mas a eles era atribuído apenas o desgaste natural do uso (Termo de Visita de 24/11/1928). Depreendemos, pois, que as instituições localizadas na capital sergipana possuíam as condições requeridas para o bom encaminhamento do ensino de um modo geral.

O Grupo Escolar Barão de Maroim foi inaugurado em 08 de julho de 1917 e, segundo o Presidente do Estado, em conformidade “com todo o rigor pedagógico e architectonico, constituindo por isso um dos bellos edificios da nossa capital” (SERGIPE. *Mensagem* [...] 7/9/1917, p. 8). Este Grupo foi construído sobre os alicerces do extinto Asilo Nossa Senhora da Pureza e denominou-se “Barão de Maroim” em homenagem ao doador do terreno (SERGIPE. *Mensagem* [...] 7/9/1916). Os dois edifícios construídos no governo Valladão (1914-1918), na avaliação de Nascimento (1981, p.98), “assemelhavam-se às casas

assobradadas do século passado [XIX], que se caracterizavam pelo piso elevado. O elemento de construção foi a pedra e o cal”.

De fato, na passagem do século XIX para o XX, a atenção dispensada à escola primária materializou-se em diferentes ações para com tal instituição, considerada fator de progresso social. Na construção das escolas primárias públicas graduadas foi predominante uma arquitetura de caracteres neoclássicos, com traçados imponentes e acabamento sofisticado, colunas ornamentadas, amplo hall de entrada, pomposas escadas à frente do prédio ou em suas laterais, duas alas para a separação de meninos e meninas, pátio interno por vezes coberto, corredores internos e com grandes portas e janelas de madeira, algumas também envidraçadas.

Do discurso emanado silenciosamente dos edifícios dos primeiros grupos escolares podemos mencionar, por exemplo, o cuidado com a forma no sentido de graciosidade, busca pela demonstração de vitalidade, equilíbrio entre grandiosidade e harmonia, atenção à proporção e ao ajustamento entre luz e sombra, conformidade entre escadarias e repouso, demonstração de uma personalidade forte, sólida e constante.

Até 1918, o ensino primário público de Aracaju era composto por escolas isoladas e cinco grupos escolares. Em relação às primeiras, o inspetor Antonio Xavier de Assis afirmava ser inviável a sua extinção no período, porém, configurava-se como uma necessidade. Assim, recomendava para a melhoria de tais estabelecimentos, como medida paliativa, a aquisição de prédios próprios para o melhor funcionamento. O Estado teria que edificar casas de pouco custo nos locais que mais conviessem ao ensino, levando em consideração as distâncias dos grupos já em funcionamento. As ditas casas para as escolas isoladas deveriam possuir dois salões para aulas, um pátio para exercícios físicos e dois banheiros aparelhados com material higiênico. Quanto à estrutura da construção, esta deveria prever uma possível ampliação logo que o local requeresse um grupo, de acordo com o aumento da população. Ainda segundo o inspetor:

As doze escolas isoladas de 4ª. categoria que restam nesta capital poder-se-iam localizar por este meio de duas em duas nas ruas de Simão Dias, Pedro de Calazans, fins da rua de Laranjeiras, restando as duas escolas de suburbio, que poderiam ter boa collocação. / O fronteiro povoado Barra dos Coqueiros, que tem estado em desanimo lastimavel, poderia ser incluído neste plano de escolas agrupadas, pois que existe allí população precisa para duas escolas, faltando apenas incentivo. / Realizada tal reforma puramente administrativa, ficaria o professorado da capital livre do grande pesadelo constituído pela falta de casa e a instrução popular melhor disseminada; o serviço de inspecção mais regular, assumindo fóros de direcção durante todo anno lectivo, sem prejuizo das escolas isoladas do Districto. (Cf. Relatório do Inspetor Escolar Antonio X. de Assis em 22/11/1918).

A preocupação com o provimento das escolas por prédios adequados era um fato, inclusive, no que se referia às escolas isoladas. Nesse cenário, os grupos escolares de Aracaju eram alvos dos maiores cuidados por parte da administração pública. Porém, a situação da maior parte dos grupos localizados no interior do Estado não era a mesma da maioria dos grupos da capital, pequenos problemas atrapalhavam parte do funcionamento das instituições. O Grupo Escolar Coelho e Campos, de Capela, por exemplo, dividiu o seu prédio com outro departamento da administração pública, sofrendo o Grupo que, fundado em 1918, teve seus trabalhos transferidos de sede em 1926. Ocorre que a instituição passou a funcionar durante um período apenas na parte superior do próprio prédio, devido ao fato de a parte térrea ter sido cedida à Câmara de Vereadores. Conforme Cruz (2002, p.16), “os pais temiam a possibilidade de ocorrerem eventuais acidentes com os seus filhos. Por isto, propuseram ao prefeito municipal, Ariosvaldo Barreto, a permuta do prédio onde funcionava a intendência com o edifício do Grupo Escolar Coelho e Campos”. A proposta acatada foi posta em prática em 1926.



Figura 6 – Grupo Escolar Coelho e Campos
Fonte: SILVA, 1920, p. 188.

Além disso, o edifício do Grupo Coelho e Campos contava com outros problemas. Segundo o inspetor escolar Ascendino X. Ferrão de Argollo, em setembro de 1924, a despeito de ser adaptado a fins pedagógicos, o prédio ainda reclamava o preenchimento de alguns requisitos regulamentares, a fim de realizar a missão a que se propunha o Grupo Escolar. Entre as lacunas existentes, merecia ser lembrada a necessidade do completo aparelhamento no serviço de higiene, no tocante à distribuição dos banheiros em conformidade com as condições pessoais de cada sexo (Cf. Termo de Visita de 8/9/1924).

O novo prédio para onde foi transferido o Grupo em 1926, ao que parece, atendia às necessidades do ensino primário, público e graduado. Segundo Argollo, localizado no centro da cidade, oferecia fácil acesso à população escolar e possuía características de higiene, de conforto, de luz e de condições de aeração (Termo de Visita de 2/6/1927). No ano seguinte, em visita ao Grupo, o inspetor geral do ensino, Antonio Xavier de Assis, afirmava também que a localização do prédio era a melhor possível, além de todas as classes serem ventiladas e receberem bastante luz. Apenas o gabinete da diretoria foi considerado um pouco escuro, o que seria certamente remediado pela abertura de uma clara-bóia (Termo de Visita de 25/11/1927).

Um outro Grupo a enfrentar problemas foi o “João Fernandes de Brito” localizado na cidade de Propriá. Quando da visita feita à instituição pelo delegado regional do ensino, Gomes Netto, em junho de 1927, o seu diretor reclamou com urgência melhorias no serviço de água, uma vez que esta faltava até para a lavagem dos banheiros. Argumentava que dispendo o município de cata-vento, o sacrifício para o Estado seria menor; na qualidade de Intendente, o diretor do Grupo prontificava-se a concorrer com a metade da despesa (Termo de Visita de 15/6/1927). O Grupo Escolar Fausto Cardoso (Simão Dias), por sua vez apesar de achar-se bem cotado na parte relativa ao asseio, conservação e melhoramento do jardim, encontrava-se, em fevereiro de 1927, com a mansarda do edifício necessitando de segurança não só para prevenir prejuízos na cobertura, como também para evitar o gotejamento das águas pluviais (Termo de Visita de 16/2/1927).

O Grupo Escolar Gumercindo Bessa (Estância) também enfrentou problemas relativos ao seu prédio. Porém, esse se referia ao tamanho do estabelecimento. O Grupo possuía apenas quatro salões, o que deu lugar a que fossem as aulas divididas em dois turnos, sendo o primeiro das 9h às 12h e o 2º das 13h às 16h. Essa divisão não era a mais eficiente, uma vez que se reduzia o horário escolar a tempo muito curto, sacrificando-se assim o programa geral da instrução primária do Estado (Termo de Visita de 8/10/1924). Em relação ao Grupo Escolar Sylvio Romero (Lagarto), o delegado regional do ensino, Florival de Oliveira,

lembrava em 1927 e em 1928 a necessidade de urgentes reparos no edifício para evitar maiores estragos (Termo de Visita de 15/7/1927 e de 12/9/1928).

Um outro Grupo que se viu diante de questões a serem resolvidas foi o “Olympio Campos” (Neópolis). Em maio de 1925, o delegado regional, Gomes Netto, lembrava a necessidade de o edifício ser envidraçado com brevidade, uma vez que, como lhe haviam informado as professoras, nos dias chuvosos as janelas precisavam ser fechadas pela falta de vidraças e as salas onde funcionavam as aulas ficavam, por isso, às escuras, acarretando a interrupção do ensino, a não ser que se obrigassem as crianças a fazer leitura sem luz, o que lhes acarretaria miopia (Termo de Visita de 26/5/1925).

Em 1927, a falta de recursos e mobiliário para os alunos permanecia. Segundo o delegado Gomes Netto, o mobiliário permanecia deficiente por possuir apenas 62 bancos-cadeira, fazendo-se preciso completar 100 para um Grupo que deveria manter uma matrícula de 200 alunos, pelo menos, como preceituava o regulamento do ensino, além de problemas gerais de reparo na estrutura arquitetônica do prédio, cujas privadas, por exemplo, nunca haviam sido terminadas, funcionando precariamente apenas duas⁵.

Em 1928, o mesmo delegado lembrava à Diretoria Geral da Instrução do Estado que o Grupo requeria grandes reparos, sob os pontos de vista da higiene e da conservação do prédio. Entre as medidas necessárias, o delegado destacava: a reforma das privadas, em número de quatro, sendo que duas nunca funcionaram e as outras duas funcionavam mal, e, bem assim, o retelhamento do prédio, que se encontrava cheio de goteiras as quais tinham arruinado bastante as paredes do edifício, impedindo o funcionamento das aulas nos dias chuvosos (Termo de Visita de 3/9 e 5/9/1927).

Efetivamente, no ano seguinte, foram feitas as reformas no Grupo Escolar Olympio Campos, por autorização do Presidente do Estado. Segundo a direção do Grupo, os reparos e as limpezas foram feitos com a maior economia de recursos possível, mas ainda assim os recursos disponibilizados pelo Estado foram insuficientes para todo o trabalho necessário na instituição, inclusive, o numerário disponibilizado havia sido inferior àquele acordado entre a diretoria do Grupo e a administração estadual. A importância de 600\$000 (seiscentos mil

⁵ Cf. Termo de Visita de 4/4/1927, 31/5/1927, 3/9/1927 e 5/9/1927 elaborados pelo Delegado do Ensino Gomes Netto em visita ao Grupo Escolar Olympio Campos; Cf. Ofícios n. 45 de 22/8/1927 e n. 66 de 4/12/1927 do Grupo Escolar Olympio Campos para a Diretoria Geral da Instrução.

réis) disponibilizada era inferior aos 857\$000 (oitocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos réis) requeridos, insuficientes, portanto, para todos os serviços⁶.

Mas, em nova visita ao Grupo em abril de 1928, o delegado Gomes Netto constatava melhorias. Porém, observava algumas faltas que ainda prejudicavam a perfeita organização do Grupo e considerava serviços inadiáveis: a reforma de duas janelas imprestáveis; colocação de um aparelho em uma das privadas e conserto no depósito de água para descarga nas mesmas; levantamento do solo das aludidas privadas, externamente, cujo ladrilho sofrera abatimento; uma escada para o depósito; conserto de oito bancos americanos que, apesar de quebrados, estavam em uso e conserto dos relógios (Termo de Visita de 19/4 e 20/4/1928).

Os problemas persistiam no ano seguinte, momento em que a diretoria do Grupo Olympio Campos solicitou à Diretoria da Instrução autorização para contratação de serviços necessários ao Grupo para o seu perfeito funcionamento. O diretor mostrava que

no predio é imprescindível o retelhamento e o conserto das bicas. As w.c. acham-se bem estragadas e inutilizado todo o encanamento d'água, faltando ainda um aparelho sanitario e grande parte do tecto. Fazer um serviço perfeito seria obra de muito dispendio, pelo que me limito em solicitar os reparos mais urgentes. (Ofício n. 2, de 27/2/1929).

Os grupos escolares foram instituições eminentemente urbanas e redefiniram o lugar ocupado pela escola no traçado das cidades. Foram criados para atender a muitos alunos, fazendo com que um grande número de estudantes tivesse acesso aos mesmos métodos, conteúdos, recursos didáticos e orientações gerais. Planejados sob uma ordem racional, tinham a divisão do trabalho como base de seu funcionamento. Vários alunos, várias professoras, para cada professora uma classe, a cada classe alunos homogêneos em idade, tudo supervisionado por um diretor. Prédios próprios, amplos, arejados e higiênicos, arquitetonicamente planejados representavam um outro traço dos grupos escolares. A planta dessas edificações, como lembra Stamatto:

era contratada a arquitetos e engenheiros e a construção deveria situar-se próxima aos demais prédios importantes da cidade [...], com a praça principal a sua frente ou lado. O prédio da escola fazia parte, quando construído nesse período, do conjunto de imóveis a ser visto pela população local, especialmente aquele grupo que podia freqüentar os lugares de maior prestígio da municipalidade. Por ocasião de comemorações importantes na cidade, como festas, procissões, desfiles, atividades públicas realizadas na praça principal, a instituição escolar marcava sua presença com a suntuosidade de seu prédio ali erguido. (STAMATTO, 2005, p.79).

⁶ Conforme mostra tabela de serviços para o Grupo, enviada para a Secretaria Geral do Estado em março de 1928. Ver: Ofício n. 4 do Grupo Escolar Olympio Campos de 17/3/1928 à Diretoria Geral da Instrução; Ofício n. 5 do Grupo Escolar Olympio Campos de 17/3/1928 à Secretaria Geral do Estado.

Portanto, os grupos escolares planejados como modelo do que de mais moderno havia em termos de escolarização, tinham na sua arquitetura já parte de um currículo que silenciosamente formava e conformava seu público. A magnitude das fachadas, as salas de aula e demais dependências específicas criavam autoridades e produziam formas próprias de apropriação do espaço. Mas também como se viu, problemas na estrutura dos prédios existiram nos anos iniciais de implantação dessas instituições. Os serviços autorizados pelo Estado mostraram-se lentos e, por vezes, incompletos, o que poderia atestar falta de recursos para a educação escolar, ou mesmo, ausência de prioridade.

Dessa forma, podemos afirmar que a história da escola não pode deixar de considerar as relações entre espaço e educação. A atenção à forma espacial na cultura escolar representada pelos grupos escolares pode ser considerada fator de influência nas práticas de sociabilidade dentro das instituições de ensino desembocando em um processo de transmissão de cultura. Na relação entre espaço e tempo escolares definem-se os saberes a serem ensinados e comportamentos recomendados. O espaço convertia-se em lugar, uma construção social. Essa escola-espaço-lugar não se constituía em entidade neutra diante do social de que era integrante. O subjetivo processo de apropriação da materialidade tornava-se ao mesmo tempo apropriação de representações de saberes e condutas. A força de tal processo consolidou-se em Sergipe, assim como no resto do país. A constituição do espaço-escola materializada nos grupos escolares, com todas as suas características, tornou-se a mais pura definição de escola no Brasil.

Referências

1) Fontes

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa** – Reforma do ensino primário e outras instituições complementares da instrução pública. – Projeto de Lei de 1882. v. X, tomo IV, 1883.

CORREIO de Aracaju. 17/3/1914, 10/7/1917, 1/9/1918 e 3/9/1918.

DIARIO da Manhã. 17/3/1914, 10/5/1917, 31/8/1918 e 3/9/1918.

ESTADO de Sergipe. 10/7/1917, 3/9/1918 e 13/9/1918.

OFICIO n. 2 do GEOC de 27/2/1929 ao diretor geral da Instrução Pública.

OFICIO n. 45 de 22/8/1927 e n. 66 de 4/12/1927 do GEOC para a Diretoria da Instrução Pública.

OFICIO n. 4 do GEOC de 17/3/1928 à DIP; Ofício n. 5 do GEOC de 17/3/1928 à Secretaria Geral.

OFICIO do GEC n. 14 de 31/7/1913 enviado ao diretor da Instrução Pública.

RELATORIO do Inspetor Escolar Dr. Ascendino Argollo a respeito do Grupo Escolar General Valladão e enviado ao Conselho pelo director do referido Grupo em 12/03/1920.

RELATORIO de Inspeção Escolar enviado à Diretoria Geral da Instrução pelo Inspetor Escolar Antonio X. de Assis em 22/11/1918.

SERGIPE. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1914, na instalação da 1ª Sessão Ordinaria da 12ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exm. Snr. Coronel Pedro Freire de Carvalho.** Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1914.

SERGIPE. **Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe, pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão, em 7 de setembro de 1916 [...].** Aracaju: Imprensa Official, 1916.

SERGIPE. **Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe, pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão, em 7 de setembro de 1917 ao installar-se a 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1917.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1920, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: (s.i.), 1920.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1926, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 16ª legislatura, pelo Dr. Mauricio Graccho Cardoso, [...]. Aracaju: Typ. de Instituto Profissional Coelho e Campos, 1926.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920).** Aracaju: s.e., 1920.

TERMO DE VISITA de 20/2/1920 do Inspetor Escolar Dr. Ascendino Argollo em visita ao Grupo Escolar Barão de Maroim.

TERMO DE VISITA de 7/4/1927 do Delegado do Ensino Antonio X. de Assis em visita ao Grupo Escolar Manoel Luís.

TERMO DE VISITA de 23/11/1928 do Delegado do Ensino Antonio X. de Assis em visita ao Grupo Escolar Barão de Maroim.

TERMO DE VISITA de 24/11/1928 do Delegado do Ensino Antonio X. de Assis em visita ao Grupo Escolar Manoel Luís.

TERMO DE VISITA ao Grupo Escolar Coelho e Campos de 08/09/1924 do Inspetor Escolar Ascendino X. Ferrão de Argollo.

TERMO DE VISITA de 2/6/1927 do Delegado do Ensino Ascendino Argollo ao Grupo Escolar Coelho e Campos.

TERMO DE VISITA de 25/11/1927 do Delegado do Ensino no exercício Antonio X. de Assis ao Grupo Escolar Coelho e Campos.

TERMO DE VISITA de 15/06/1927 do Delegado do Ensino Gomes Netto em visita ao Grupo Escolar José Fernandes de Brito.

TERMO DE VISITA de 16/02/1927 do Delegado do Ensino Antonio X. de Assis ao Grupo Escolar Fausto Cardoso.

TERMO DE VISITA de 08/10/1924 do Delegado do Ensino Antonio X. de Assis ao Grupo Escolar Gumercindo Bessa.

TERMO DE VISITA de 15/07/1927 e de 12/09/1928 do Delegado do Ensino Florival de Oliveira ao Grupo Escolar Sylvio Romero.

TERMO DE VISITA de 26/05/1925 do Delegado do Ensino Gomes Netto ao Grupo Escolar Olympio Campos.

TERMO DE VISITA de 04/04/1927, 31/05/1927, 03/09/1927 e 05/09/1927 elaborados pelo Delegado do Ensino Gomes Netto em visita ao Grupo Escolar Olympio Campos;

TERMO DE VISITA de 03 e 05/09/1927 elaborados pelo Delegado do Ensino Gomes Netto ao Grupo Escolar Olympio Campos.

TERMO DE VISITA de 19 e 20/04/1928 do Delegado do Ensino Gomes Netto em visita ao Grupo Escolar Olympio Campos.

2) Bibliografia

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos majestosos Templos de Sabedoria: a implantação dos Grupos Escolares em Aracaju**. São Cristóvão. 148p. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS, 2003.

_____. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização**. Salvador. 253p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, 2006.

BENCOSTA, Marcus Levy A. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Marta Maria C. de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CRUZ, Maria Madalena da S. **A trajetória do Grupo Escolar Coelho e Campos (1918/1945)**. Propriá. 47p. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, UFS, 2002.

FARIA FILHO, Luciano M. de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**. v. 24, n. 1, São Paulo, p. 141-159, 1998.

FRAGO, Antonio V.; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NASCIMENTO, José Anderson. Século XX – primeiras décadas: Aracaju e seu casario; São Cristóvão “monumento histórico”. **Sergipe e seus monumentos**. Aracaju: J. Andrade, 1981.

ROCHA, Heloisa Helena P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. **Cadernos Cedes**. v. 20, n. 52, Campinas, p. 55-73, 2000.

SALES, Luís Carlos. **O valor simbólico do prédio escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A Escola da ordem e do progresso (Brasil: 1889-1930). **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 24, p. 75-85, jul./dez., 2005.